

CONSTRUÇÃO SOCIAL DO MEIO AMBIENTE E DA CIDADANIA: UM ESTUDO DE CASO EM UM ASSENTAMENTO RURAL¹

SOCIAL CONSTRUCTION OF THE ENVIRONMENT AND CITIZENSHIP: A CASE STUDY IN A RURAL SETTLEMENT

CONSTRUCCIÓN SOCIAL DEL MEDIO AMBIENTE Y DE LA CIUDADANÍA: UN ESTUDIO DE CASO EN UN ASENTAMIENTO RURAL

Maria Cecília Gomes Pereira

Doutoranda

Fundação Getúlio Vargas

cecilia.pereira@fgv.br

Armindo dos Santos de Sousa Teodósio

Doutor

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

teodosio@pobox.com

Submetido em: 06/07/2011

Aprovado em: 25/07/2012

RESUMO

O artigo discute os desdobramentos da construção social do meio ambiente sobre o exercício da cidadania em um assentamento de reforma agrária. Discute-se o meio ambiente como construção social para problematizar a relação entre apropriação e acesso aos recursos naturais de forma a se avançar na compreensão das relações socioambientais e suas implicações para a construção da cidadania no assentamento pesquisado. Abordam-se os desafios da construção da cidadania e a sua ampliação com a inserção dos direitos ambientais. Trata-se de um estudo de caso no assentamento Dom Orione, localizado em Betim, Minas Gerais. Como técnicas de pesquisa foram adotadas a aplicação de formulários, realização de entrevistas semiestruturadas e observação participante. Foi possível observar que o meio ambiente não se constitui como expressão de luta social e política para a comunidade investigada, mesmo diante dos problemas ambientais enfrentados. A comunidade não exerce todos os direitos que configuram o exercício da cidadania e o direito ao meio ambiente saudável encontra-se comprometido. Além disso, a cidadania pressupõe emancipação e os membros do Dom Orione ainda não se constituíram sujeitos críticos capazes de construir sua história própria e coletivamente organizada. A comunidade apresenta baixo nível de cooperação e organização social, o que dificulta a conquista de direitos.

PALAVRAS CHAVE: Associativismo. Meio Ambiente. Cidadania. Assentamento Rural.

ABSTRACT

This article discusses the consequences of the social construction of the environment on the exercise of citizenship in a land reform settlement. It discusses the environment as a social construct, in order to analyze

1 Este artigo é fruto do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da autora, sob orientação do coautor. O TCC intitula-se "Construção Social do Meio Ambiente e da Cidadania: estudo de caso sobre o assentamento Dom Orione em Betim (MG)", apresentado em 2008 como requisito para conclusão do curso de graduação em Administração pela PUC Minas.

the relation between ownership and access to natural resources, seeking to gain a better understanding of environmental and social relationships, and their implications for the construction of citizenship in the settlement studied – the Don Orione settlement, in Betim, Minas Gerais, Brazil. It addresses the challenges of building citizenship, and its extension with the inclusion of environmental rights. The research techniques adopted were the application of forms, semi-structured interviews, and participant observation. It was observed that the environment is not an expression of social and political struggle for the community investigated, even in view of the environmental problems faced. The community does not exercise all the rights that constitute the exercise of citizenship, and the right to a healthy environment is compromised. Moreover, citizenship presupposes emancipation, and the members of Don Orione settlement do not yet constitute critical subjects capable of building their own history, or collectively organized. The community has a low level of cooperation and social organization, which is hindering the achievement of rights.

KEYWORDS: Associations. Environment. Citizenship. Land Settlement.

RESUMEN

El artículo discute los desdoblamientos de la construcción social del medio ambiente sobre el ejercicio de la ciudadanía en un asentamiento de reforma agraria. Se discute el medio ambiente como construcción social para problematizar la relación entre apropiación y acceso a los recursos naturales, para avanzar en la comprensión de las relaciones socioambientales y sus implicaciones en la construcción de la ciudadanía en el asentamiento estudiado. Se abordan los desafíos de la construcción de la ciudadanía y su ampliación con la inserción de los derechos ambientales. Se trata de un estudio de caso en el asentamiento Dom Orione, ubicado en Betim, Minas Gerais. Como técnicas de investigación se adoptaron la aplicación de formularios, la realización de entrevistas semiestructuradas y la observación participante. Fue posible observar que el medio ambiente no se constituye como expresión de lucha social y política para la comunidad investigada, ni siquiera frente a los problemas ambientales enfrentados. La comunidad no ejerce todos los derechos que configuran el ejercicio de la ciudadanía y el derecho al medio ambiente saludable se encuentra comprometido. Además, la ciudadanía presupone emancipación y los miembros del Dom Orione aún no se constituyeron como sujetos críticos capaces de construir su historia propia y colectivamente organizada. La comunidad presenta bajo nivel de cooperación y organización social, lo que dificulta la conquista de derechos.

PALABRAS CLAVE: Asociativismo. Medio Ambiente. Ciudadanía. Asentamiento Rural.

INTRODUÇÃO

A questão ambiental ganhou grande repercussão pública nas últimas décadas e tornou-se pauta de discussão dos mais diversos atores sociais, desde movimentos ambientalistas, governo, meio acadêmico e setor empresarial.

A preocupação com a problemática ambiental, muitas vezes, é vista como algo consensual em função da noção de risco advinda da crise ecológica (BECK, 1997). No entanto, por detrás deste aparente consenso há interesses, racionalidades, significados, relações de poder e projetos distintos de sociedade que se refletem na forma de conceber, interagir e se apropriar do meio ambiente (NAVES, 2004; ZHOURI *et al.*, 2005).

O atual reconhecimento da crise ambiental retrata a forma como o meio ambiente é percebido. Problemas de degradação ambiental já ocorrem há um tempo considerável, mas somente nas últimas décadas esse tema ganhou um *status* de centralidade junto à sociedade. Isso demonstra a noção de meio ambiente como construção social que, por sua vez, envolve as representações sociais sobre os problemas ambientais, as posições e os interesses envolvidos (GUIVANT, 2002; NAVES, 2004). As ideias e os consensos criados sobre uma questão e a respectiva construção como problema

social são fundamentais para que um tema seja inserido no debate público, na agenda societária e governamental. Para uma condição objetiva se tornar problema, é necessário que a sociedade a reconheça como um problema social (KINGDON, 1995; LENOIR, 1996; FUKS, 2000).

Esse processo envolve a construção e a legitimação das relações socioambientais na sociedade. Tais relações ocorrem em todos os espaços e não se restringem às instâncias de maior poder decisório. Muitas vezes, no cotidiano, surgem iniciativas que buscam solucionar problemas que nem sequer são pauta e nem prioridade dos órgãos de poder decisório quanto à temática ambiental. Essas iniciativas ocorrem a partir dos conhecimentos e saberes de pessoas que vivem em um contexto cuja história, potenciais e limites ajudaram a construir (NAVES, 2004).

Os processos de construção social da realidade ambiental geram diferentes desdobramentos, principalmente no exercício da cidadania. O conceito de cidadania é geralmente entendido a partir de direitos civis, políticos e sociais (MARSHALL, 1967; CARVALHO, 2003), envolvendo processos de emancipação, nos quais o sujeito é capaz de construir história própria e coletivamente organizada (DEMO, 1995). O direito ao meio ambiente saudável faz parte dos direitos difusos e coletivos, o que implica maior complexidade. A compreensão da questão ambiental como expressão social e política (ACSERALD, 2001) perpassa o exercício da cidadania, tendo em vista as desigualdades no acesso e na apropriação dos recursos naturais. Estudar grupos sociais que lutam por melhores condições de vida e por acesso aos recursos naturais é importante para a compreensão da complexidade da questão socioambiental e das desigualdades sociais envolvidas.

O presente artigo tem como objetivo analisar os desdobramentos da construção social do meio ambiente no exercício da cidadania na comunidade do assentamento Dom Orione. O assentamento de reforma agrária Dom Orione localiza-se no município de Betim (MG) e constitui-se de trinta e nove famílias. O Dom Orione está em um contexto urbano e industrial próximo a bairros e grandes indústrias. As famílias do assentamento são, em sua maioria, originárias de Minas Gerais, da região Norte e do Vale do Jequitinhonha, com diferentes trajetórias migratórias e um histórico de trabalho em atividades rurais e urbanas. As famílias do assentamento Dom Orione são marcadas por uma das principais consequências do modelo de desenvolvimento predominante: a desigualdade social.

Considerando a estrutura social da comunidade do assentamento Dom Orione e o perfil das famílias, torna-se interessante compreender como se estabelecem as relações socioambientais e como a noção de meio ambiente é construída. Nesta perspectiva, analisar como certos grupos vivenciam sua realidade social, a entendem e atuam nela é relevante para compreender como se dá a construção social da realidade e os seus desdobramentos sobre a problemática ambiental (BERGER; LUCKMANN, 1999).

O presente trabalho analisa os desdobramentos da construção social do meio ambiente no exercício da cidadania na comunidade do assentamento Dom Orione. Os objetivos específicos são: compreender como se constroem e se legitimam as relações socioambientais no assentamento; problematizar como as ações desenvolvidas pela comunidade interferem nos processos de construção da cidadania ambiental; analisar os processos de articulação e organização social da comunidade, com destaque para os processos participativos; discutir as relações de poder dentro do assentamento e na interação com atores externos em torno das questões socioambientais. Para tanto, inicia-se a discussão problematizando a perspectiva de meio ambiente como construção social. Em seguida, discute-se a construção da cidadania e os desafios envolvidos. Feito isso, é apresentada a metodologia adotada. Por fim, é realizada a análise da construção da realidade ambiental pela comunidade do Dom Orione e apresentadas as conclusões da pesquisa.

2. MEIO AMBIENTE COMO CONSTRUÇÃO SOCIAL

A emergência da problemática ambiental fez com que diversos atores assimilassem a questão, como Estado, ONGs, empresas e movimentos sociais. Esse suposto consenso em torno da temática ambiental envolve diversas concepções, interesses, sentidos e demandas.

Esse aparente consenso em torno da questão ambiental é perpassado por disputas de poder na definição dos significados, das origens e das soluções dos problemas ambientais, bem como na definição da apropriação dos recursos naturais. Reconhece-se que há um esforço em aproximar

o social do ambiental que se reflete no termo socioambiental, mas para mudanças efetivas é fundamental ocorrer alterações nas relações de poder e democratização das decisões. O predomínio de certas visões fundamenta-se nas relações de poder existentes e nos valores arraigados em uma determinada sociedade (NAVES, 2004).

Guimarães (2001) aponta um paradoxo no tratamento da questão ambiental. Por um lado, todos os atores sociais parecem estar em consenso quanto ao fato do estilo atual de desenvolvimento ser insustentável em termos econômicos, ambientais e, principalmente, de justiça social. Entretanto não foram adotadas medidas para a mudança das instituições econômicas e sociais que sustentam o estilo predominante. Usa-se a ideia de sustentabilidade como restrição aos processos de acumulação, mas não como mecanismo para enfrentar os processos político-institucionais que regulam o acesso aos recursos, à propriedade e aos serviços ambientais. Também não são realizadas ações para mudar o padrão de consumo, principalmente nos países desenvolvidos. Guimarães (2001) argumenta que ocorre um “esverdeamento” no estilo atual, sem ocorrer de fato uma transformação social, citando o conceito de conservadorismo dinâmico, que consiste em uma resistência inercial às transformações no sistema social. Aceita-se o discurso transformador para assegurar que de fato nada se modifique.

A variável ambiental foi inserida no discurso desenvolvimentista, porém as consequências do modelo de desenvolvimento são apresentadas como solucionáveis por meio da tecnologia. Assim, “uma certa despolitização do debate ecológico foi ocorrendo, na medida em que as forças hegemônicas da sociedade reconheciam e institucionalizavam aqueles temas ambientais que não colocavam em xeque as instituições da sociedade vigente.” (ZHOURI, *et al.*, 2005, p.13).

Acsegrad (2001) argumenta que a questão ambiental tem sido insuficientemente considerada como expressão de luta social e política, mas tratada como restrição de caráter técnico ou como instrumento mercadológico para captar financiamentos ou produzir lucros. Tal fato ocorre devido às distintas construções discursivas que envolvem a questão ambiental, bem como aos diferentes modos de apropriação da natureza que as lutas socioambientais retratam. Os recursos naturais estão em constante disputa por diferentes atores que atribuem sentidos utilitários, bem como sentidos simbólicos ligados às práticas culturais que ultrapassam o campo da produção material.

Na perspectiva de meio ambiente como construção social vale recorrer à contribuição da sociologia do conhecimento. Berger e Luckmann (1999) argumentam que a realidade é construída socialmente, centrando a análise em dois conceitos principais – conhecimento e realidade. Os autores afirmam que a sociologia do conhecimento deve analisar “o que os homens conhecem como realidade em sua vida cotidiana”, ou seja, analisar o conhecimento do senso comum, dado que “é precisamente esse conhecimento que constitui o tecido de significados sem o qual nenhuma sociedade poderia existir” (BERGER; LUCKMANN, 1999, p.30).

De acordo com Berger e Luckmann (1999), a realidade social é uma realidade ao mesmo tempo objetiva e subjetiva, constituída de três momentos dialéticos – a exteriorização, a objetivação e a interiorização. Tais processos não possuem uma ordem temporal e permitem a compreensão da construção da realidade ao serem analisados conjunta e dialeticamente. A exteriorização é o processo pelo qual o indivíduo abre-se ao mundo exterioriza significados subjetivos em suas atividades. A objetivação, por sua vez, é o processo pelo qual os produtos exteriorizados da atividade humana adquirem natureza de objetividade, de real, ou seja, de uma realidade que é dada, própria e dotada de significado. A interiorização consiste na compreensão dos semelhantes e da apreensão do mundo como realidade social carregada de sentido, ou seja, é a internalização na consciência dos significados e da realidade construída (BERGER; LUCKMANN, 1999, p.184).

Um ponto a ser destacado é a forma pela qual a ordem institucional é objetivada – dada como concreta e real –, uma vez que pode ocorrer a reificação da realidade social, isto é, o ser humano produz o mundo social e o considera como algo externo e dado e não um produto humano (BERGER; LUCKMANN, 1999). Zhouri (2001) aponta que a maioria das abordagens sobre as temáticas ambientais realizam a reificação dos conceitos de natureza e cultura. A autora apresenta a perspectiva de Milton (1997) apud Zhouri (2001), que compreende a questão ambiental de forma dialética com os processos culturais, afirmando que a forma como as pessoas interagem com o meio ambiente influencia o modo de compreendê-lo, assim como a forma como as pessoas entendem o meio ambiente influencia no modo de interagir com este.

Toda atividade humana está sujeita ao hábito, sendo que os processos para formação deste precedem toda a institucionalização. Berger e Luckmann (1999) argumentam que a institucionalização “ocorre sempre que há uma tipificação recíproca de ações habituais por tipos de atores. Dito de maneira diferente, qualquer uma dessas tipificações é uma instituição” (p.79). Ou seja, as instituições são tipificações de ações habituais, de modo que tais ações são repetidas rotineiramente e compartilhadas por membros de um grupo social. Na teoria da estruturação de Giddens, o conceito de instituições compreende as práticas rotineiras que são realizadas e reconhecidas pela maioria dos componentes de uma coletividade (COHEN, 1999).

Nessa perspectiva, torna-se interessante compreender como a realidade ambiental é construída e como ocorre a institucionalização de certas práticas ambientais. Muitos autores que discutem a questão socioambiental afirmam que se faz necessária uma mudança nas instituições que mantêm a estrutura social e o modelo econômico vigente (JACOBI, 1999; GUIMARÃES, 2001; LEFF, 2004; ZHOURI *et al.*, 2005). Nesta perspectiva, Beck (1997) aponta que,

(...) neste contexto, devemos também reconsiderar a essência da “crise ecológica” atual. A metamorfose dos efeitos colaterais despercebidos da produção industrial na perspectiva das crises ecológicas globais não parece mais um problema do mundo que nos cerca – um chamado “problema ambiental” – mas sim uma crise institucional profunda da própria sociedade industrial. (BECK, 1997, p.19).

Beck (1997) discute o conceito de sociedade de risco que “designa uma fase no desenvolvimento da sociedade moderna, em que os riscos sociais, políticos, econômicos e individuais tendem cada vez mais a escapar das instituições” (BECK, 1997, p.15). Esse processo é caracterizado por duas fases, uma em que os efeitos e as autoameaças são produzidos, mas não se tornam questões públicas. A sociedade industrial, por sua vez, multiplica e legitima as ameaças produzidas, considerado-as como riscos residuais. Na segunda fase, os riscos da sociedade industrial dominam os debates e os conflitos públicos, tornando-se uma questão pública. As instituições da sociedade industrial produzem e legitimam as ameaças, mas não conseguem controlá-las.

O mundo institucional exige legitimação, ou seja, explicação e justificação dado seu caráter histórico e seu repasse para as próximas gerações. A linguagem é o principal mecanismo para a construção das legitimações, sendo a lógica atribuída à ordem institucional, parte do acervo social do conhecimento. O indivíduo explica o funcionamento e os defeitos do mundo social a partir do seu conhecimento (BERGER; LUCKMANN, 1999).

Assim, analisar o “conhecimento” de uma sociedade é fundamental para compreender a ordem institucional. O conhecimento teórico é apenas uma parte do que uma sociedade considera como conhecimento. Há o conhecimento pré-teórico, que consiste no conhecimento primário relacionado à ordem institucional, constituindo-se de um conjunto de máximas, valores, crenças, mitos, etc. No nível pré-teórico, toda instituição possui um conjunto de conhecimentos pelo qual apresenta as regras de conduta institucionalizadas; é este conhecimento que motiva e mantém tal institucionalização (BERGER; LUCKMANN, 1999).

A relação entre o conhecimento e a sua base social é dialética, ou seja, o conhecimento é um produto social; é um fator na transformação social. O conhecimento “relativo à sociedade é uma *realização* no duplo sentido da palavra, no sentido de apreender a realidade social objetivada e no sentido de produzir continuamente esta realidade” (BERGER; LUCKMANN, 1999, p. 94). Leff (2004) enfatiza a dimensão política do conhecimento, ressalta que “transfere o campo da sociologia do conhecimento para uma epistemologia política” (p.162), dado que o conhecimento é criado dentro de um campo de interesses e relações de poder no saber, a partir do qual surgem estratégias conceituais para a construção da realidade social. Pode-se analisar, por exemplo, o campo de conhecimento da economia, fundado na racionalização de recursos escassos e na lógica do mercado, que legitimou a ordem econômica atual e institucionalizou seu funcionamento, “criando agentes econômicos, produzindo sujeitos de consumo e ajustando o comportamento humano às leis ditadas pelo mercado” (LEFF, 2004, p.161).

Berger e Luckmann (1999) argumentam que há uma relação dialética entre o homem e a realidade social, o homem e o seu mundo social atuam mutuamente um sobre o outro, isto é, o homem atua e constrói a realidade social e é influenciado e construído por esta. Giddens, na teoria da estruturação, realiza uma reconciliação entre a ação e a estrutura, coloca que as coletividades

sociais são constituídas pela ação social e, por sua vez, a ação social pressupõe as coletividades e é influenciada por estas (COHEN, 1999).

Para Weber (1977), a ação social possui um sentido próprio; é orientada pelas ações de outros. Considera-se ação social inclusive a tolerância e a omissão, por sua vez, a ação dos outros que pode ser um indivíduo específico ou diversos indivíduos desconhecidos, pode ser passada, presente ou expectativa de futuro. Cohen (1999) afirma que a perspectiva de Max Weber de ação social não leva em conta o desempenho da conduta social. Cohen (1999) aponta que a perspectiva de Giddens tem como foco principal, o poder dos atores sociais de intervirem no curso dos acontecimentos. A ação social para Giddens consiste na capacidade dos atores de transformarem os acontecimentos, intencionalmente ou não. A ação nessa perspectiva está ligada à capacidade transformativa dos agentes. Giddens afirma que qualquer ação social poderia ter sido de uma forma diferente. No entanto o autor também ressalta que há coações sociais e materiais que os agentes individuais são incapazes de mudar que limitam sua ação social. Giddens argumenta que a liberdade e as coações no exercício da ação variam conforme as circunstâncias históricas, de modo que resiste aos extremos do determinismo total e da liberdade total, considerando as possibilidades entre estes (COHEN, 1999).

A compreensão da construção social da realidade ambiental passa pelo reconhecimento de tais dinâmicas. As concepções, as representações e o conhecimento que o indivíduo possui em torno das questões ambientais se refletem em suas ações sociais, sejam elas fruto de práticas institucionalizadas ou ações que promovam transformações na estrutura social. Por sua vez, a forma como o indivíduo concebe a realidade ambiental é fruto da estrutura social, na qual está inserido.

Partindo do pressuposto da capacidade transformativa dos agentes, sem desconsiderar as limitações e as coações sociais existentes, torna-se interessante compreender como a construção social da problemática ambiental pode mobilizar os atores para mudanças na realidade social. Entre as diversas indagações envolvidas, será que a noção de risco (BECK, 1997) advinda da crise ecológica tem o potencial de gerar mudanças e levar a construção de novas relações socioambientais baseadas no exercício da cidadania ou, talvez, mine essa possibilidade e acentue mais os problemas da chamada crise ambiental, já que é antes uma crise institucional (BECK, 1997). A problemática ambiental envolve muitas indagações e está imersa em uma complexidade, na qual vários elementos se sobrepõem, influenciam-se, transformam-se e estabelecem relações diversas.

3. RELAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS E CIDADANIA

As discussões sobre meio ambiente envolvem diversas dimensões como social, econômica, cultural e política, assim como estão relacionadas ao tema do desenvolvimento. Para Sachs (1986, p.10), "o ambiente é, na realidade, uma dimensão do desenvolvimento; deve, pois, ser internalizado em todos os níveis de decisão".

A questão ambiental está interligada à social, à redução das desigualdades sociais, da pobreza e, por sua vez, engloba a "dimensão política" (DEMO, 2006). Para Demo (2006), a pobreza mais intensa e pior que existe é a pobreza política. A pobreza não é apenas carência material, mas repressão ao acesso a oportunidades, assim como é marginalização e manipulação. Demo (2006) afirma que,

[...] quem é politicamente pobre não é cidadão, porque não se organiza politicamente para poder impor mudanças; primeiro, não constrói consciência crítica adequada, porque, em geral, não sabe pensar; segundo, não chega a perceber a importância do associativismo, para potencializar as forças e conseguir volume e pressão; terceiro, não concebe, nem impõe alternativas, porque ainda não se constituiu sujeito capaz de história própria [...]. (p.33).

O contrário de pobreza política é "a qualidade política", que consiste na dinâmica da cidadania individual e coletiva. Envolve capacidade de construção de uma consciência crítica e histórica, organização política para a emergência de sujeitos agentes de sua história e de um projeto alternativo de sociedade (DEMO, 2006).

A cidadania é um componente fundamental do desenvolvimento (DEMO, 1995; ACSELRAD, 2001). Cidadania pode ser definida como "competência humana de fazer-se sujeito, para fazer história própria e coletivamente organizada" (DEMO, 1995, p.1). Para a formação dessa competência,

são necessários alguns elementos fundamentais, como educação, identidade cultural, organização política, informação, comunicação e principalmente processo emancipatório. O processo de emancipação baseia-se na capacidade crítica para intervir na realidade de maneira alternativa, ou seja, de fazer-se sujeito histórico capaz de construir seu destino (DEMO, 2005).

Marshall (1967) analisa o conceito de cidadania, desdobrando-o em três elementos, os direitos civis, os políticos e os sociais. Os direitos civis compreendem a liberdade de ir e vir, a liberdade de expressão, o direito à propriedade, de organizar-se, de escolher o trabalho, dentre outros, enfim, são os componentes necessários à liberdade individual. Os direitos políticos envolvem a participação no poder político, seja como membro do governo ou pelo voto, assim como por outros mecanismos de participação política. Os direitos sociais, por sua vez, são os que garantem a participação na riqueza coletiva; o que inclui acesso à educação, à saúde, ao salário justo, à aposentadoria e aos outros serviços sociais. Os direitos sociais se baseiam na noção de justiça social e visam reduzir os excessos das desigualdades existentes. Para Marshall (1967), o cidadão pleno seria aquele que exerce esses três direitos.

Marshall (1967) analisou a formação destes três direitos na Inglaterra, a partir dos acontecimentos históricos que marcaram a construção da cidadania naquele país. O autor argumenta que a formação dos direitos ocorreu em sequência e de forma lógica, ou seja, a conquista e a consolidação de cada direito levaram à construção e à consolidação dos seguintes. Houve primeiro a formação dos direitos civis no século XVIII; os políticos, no XIX; e os sociais no século XX. Embora os direitos tenham se desenvolvido em séculos distintos, houve um entrelaçamento entre eles, principalmente na construção dos direitos sociais ao abarcar os séculos XIX e XX. Marshall ressalta que a construção dos direitos na Inglaterra levou um longo período de tempo e não foi de forma linear e plena, mas sim com desafios e limitações.

No Brasil, a construção da cidadania é perpassada por elementos históricos específicos, indicando uma trajetória distinta daquela analisada por Marshall, na qual se destacam limitações e retrocessos. Carvalho (2003) destaca que no Brasil houve muitas diferenças em relação à Inglaterra, ocorreu maior ênfase nos direitos sociais, bem como os direitos foram adquiridos em outra sequência, ou melhor, foram invertidos. Primeiro vieram os direitos sociais implantados em um contexto de cerceamento dos direitos políticos e redução dos civis durante um governo ditatorial. Depois seguiram os direitos políticos e, por fim, vieram os direitos civis. Mas ainda assim há muitos direitos civis que continuam inacessíveis à maioria da população que enfrenta cotidianamente a pobreza e as desigualdades sociais (CARVALHO, 2003).

Para a construção da cidadania não há um único caminho, cada país, a partir de suas condições e de seus aspectos históricos, possui um percurso específico. A questão é que os diferentes percursos repercutem no tipo de cidadão e, por sua vez, na democracia construída em cada país (CARVALHO, 2003). Carvalho (2003) aponta algumas consequências dessa ordem da consolidação dos direitos na democracia brasileira. Uma das consequências é a excessiva valorização do poder executivo, uma vez que os direitos sociais foram implantados em regime ditatorial, no qual o legislativo estava fechado ou era decorativo. Assim, a população criou uma imagem de centralidade do governo e, por sua vez, uma ação política voltada para negociação direta com o governo sem passar pela representação legislativa. O autor chama de "estadania" essa orientação para o recurso direto ao Estado sem intermediação de representação legítima.

Relacionada à centralidade dada ao executivo há a busca pela população de um messias político ou salvador da pátria. Em função da persistência e do agravamento dos problemas sociais, a população tem se mostrado impaciente com o mecanismo democrático de decisão. Com a desvalorização do legislativo, o papel de deputados, senadores e vereadores é desprestigiado pela população como forma de representação de interesses coletivos. Assim, também se desenvolveu baseado na valorização do executivo, uma visão corporativista dos interesses coletivos (CARVALHO, 2003).

Além disso, há obstáculos ligados ao fato de o país ter sido marcado historicamente por relações autoritárias, escravidão e uma divisão entre elite e povo desde o seu passado colonial (BENEVIDES, 2000; CARVALHO, 2003). Para Demo (2005), a cidadania apresenta como maior desafio a pobreza política, podendo ocorrer na forma de tutela ou assistência. A cidadania tutelada consiste no tipo de cidadania sustentada pelas elites econômicas e políticas por meio do clientelismo e do paternalismo. O objetivo nesta perspectiva é manter a população atrelada aos projetos políticos e econômicos de uma

determinada elite. Já a cidadania assistida ocorre por meio do assistencialismo, dá-se à população assistência em vez de emancipação, a marginalização social é maquiada (DEMO, 2005).

Carvalho (2003) ressalta que, muitas vezes, a cidadania não ocorre em todas as suas dimensões, algumas podem estar presentes e outras não. Muitas vezes, o direito à liberdade e à participação não levam automaticamente à igualdade social e à resolução dos problemas sociais. Em sua análise do percurso histórico da construção da cidadania no Brasil, o autor ressalta que “perdeu-se a crença de que a democracia política resolveria com rapidez os problemas da pobreza e da desigualdade” (CARVALHO, 2003, p. 219).

Bauman (2000) aponta que “a arte da política, se for democrática, é a arte de desmontar os limites à liberdade dos cidadãos; mas é também a arte da autolimitação: a de libertar os indivíduos para capacitá-los a traçar, individual e coletivamente, seus próprios limites individuais e coletivos.” (p.12). A arte da autolimitação no contexto atual parece estar em escassez, como pode ser observado no consumismo sem limites, no qual a cidadania é tolerada pelos mercados financeiro e mercantil, como se não houvesse lugar para cidadania fora do consumismo (BAUMAN, 2000).

A problemática ambiental, por sua vez, trouxe uma nova agenda de direitos para a sociedade, na qual se insere o direito ao meio ambiente saudável como parte do exercício da cidadania. Mas de uma cidadania ambiental que, para Silva-Sánchez (2000), é “uma cidadania referida a direitos coletivos, fundamentada em valores maximalistas e globalizantes, que traz, em última instância, a virtualidade do novo” (p.13).

Para Silva-Sánchez (2000), o início da construção de uma cidadania ambiental no Brasil somente foi possível em função dos movimentos ambientalistas que se desenvolveram no país, principalmente a partir da década de 1970. Esses movimentos reivindicaram por direitos ambientais, bem como impediram um retrocesso na política ambiental, preservando os direitos e as garantias já conquistados. Tanto que a Constituição de 1988 destinou o Capítulo VI para o meio ambiente, no qual no Art. 225 deixa claro que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 2003, p. 52).

O direito ao meio ambiente faz parte dos direitos difusos e coletivos, o que envolve maior complexidade. Além disso, a questão ecológica ultrapassa as fronteiras nacionais, isto é, tornou-se uma preocupação generalizada, não se restringindo a um ou outro país. Silva-Sánchez (2000) argumenta que a problemática ambiental enunciou a emergência de dois novos sujeitos de direito: as gerações futuras e a própria natureza.

Silva-Sánchez (2000) destaca a importância dos movimentos ambientalistas e das demais organizações da sociedade civil para reivindicar direitos, democratizar as decisões e transcender a relação entre Estado e indivíduos, principalmente com o alargamento do campo da cidadania.

4. ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS

Para o alcance dos objetivos propostos nessa pesquisa, cuja natureza de pesquisa foi qualitativa, foi utilizada a estratégia metodológica do estudo de caso. A escolha do estudo de caso justificou-se por permitir uma melhor compreensão e aprofundamento da unidade de análise escolhida (BRUYNE, *et al.*, 1991; GODOY, 1995; TEODÓSIO, 2000). Além disso, esta estratégia possibilitou um melhor entendimento das dinâmicas de interação da comunidade e sua organização social.

O universo da pesquisa compreendeu a comunidade do assentamento Dom Orione de Betim, que é composta de trinta e nove famílias. A amostra foi não probabilística por acessibilidade, composta de vinte e seis representantes de famílias, o vice-presidente da associação do assentamento e a presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Betim, que é membro do assentamento. Além dos membros do assentamento, a amostra foi constituída pelo agrônomo que presta assistência técnica à comunidade.

Para a obtenção dos dados primários foram adotados dois instrumentos de coleta de dados, as entrevistas semiestruturadas e a aplicação de formulário com questões fechadas. Aos representantes

das vinte e seis famílias foi aplicado um formulário estruturado em três blocos gerais que buscaram apreender a construção social de meio ambiente, a estrutura social do assentamento e os processos de participação e exercício da cidadania. A aplicação do formulário foi realizada na forma de uma entrevista, na qual se estabeleceu um diálogo com os respondentes. As perguntas eram realizadas aos respondentes de forma simples, adequando-se a linguagem e a realidade social da comunidade. Adotou-se esta estratégia na aplicação dos formulários em função do baixo nível de escolaridade da maioria das pessoas do assentamento. Por outro lado, tal estratégia exigiu maior rigor e sensibilidade do pesquisador para não tentar adequar ou forçar as respostas dentro das categorias das questões.

Com essa estratégia ganhou-se em maior riqueza de detalhes e na obtenção de mais informações. Durante a aplicação dos formulários foram relatados diversos fatos e situações que ocorrem na comunidade, sendo todos anotados no diário de pesquisa de campo. Os formulários foram aplicados na metade do mês de setembro e início do mês de outubro de 2008. Durante o período de aplicação foi possível observar a interação entre as pessoas e as atividades cotidianas realizadas pela comunidade.

Com as lideranças comunitárias e com o agrônomo foram realizadas entrevistas semiestruturadas. Também foram feitas visitas à Divisão de Agropecuária da prefeitura de Betim, à EMATER e ao escritório do INCRA de Minas Gerais para obtenção de informações sobre o assentamento. De forma complementar, foi realizada coleta de dados secundários por meio da busca de documentos institucionais ligados ao assentamento Dom Orione e de informações disponíveis em *sites* institucionais. As informações obtidas nos documentos foram confrontadas com o que foi observado ao participar do cotidiano da comunidade do assentamento durante três semanas.

Os dados obtidos nos formulários foram tabulados, analisados e interpretados e posteriormente confrontados com as informações obtidas nas entrevistas e nas observações que foram anotadas no diário de pesquisa de campo. Já as entrevistas semiestruturadas foram transcritas, analisadas e interpretadas. Na análise foram explorados alguns eixos centrais: percepção de problemas ambientais, relações socioambientais construídas, formas de organização social, exercício de direitos, interação com atores externos e demais aspectos ligados ao cotidiano do assentamento e ao processo de construção social da realidade socioambiental. Estes eixos foram analisados a partir do marco teórico adotado para realização da pesquisa.

5. RELAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS E CIDADANIA NA COMUNIDADE DO ASSENTAMENTO DOM ORIONE

A questão ambiental perpassa vários aspectos da vida em sociedade, envolve diversas dimensões como social, econômica, cultural, ecológica e política, assim como está ligada à discussão de desenvolvimento. A noção de desenvolvimento problematizada pela temática ambiental vai além de crescimento econômico, engloba promoção de cidadania, qualidade de vida, justiça social, emancipação e respeito à cultura e ao saber local dos variados grupos socioculturais.

Considerando a qualidade de vida como um dos elementos importantes do desenvolvimento (GUIMARÃES, 2001), a comunidade do Dom Orione foi indagada quanto a essa questão. Para a amostra pesquisada, os fatores considerados mais importantes para melhorar a qualidade de vida das pessoas compreendem principalmente os investimentos em saúde e educação que, por sua vez, são direitos sociais (MARSHALL, 1967; CARVALHO, 2003). A amostra apontou direitos que visam à redução dos excessos de desigualdades sociais existentes, uma vez que eles são parte dos grupos marginalizados da sociedade brasileira. Embora tenham acesso à terra para produzir e morar, ainda enfrentam muitas dificuldades e não têm acesso a todos os direitos de um cidadão pleno (MARSHALL, 1967).

Em sequência apontaram a geração de empregos e renda, que pode ter sido destacada em função das dificuldades de geração de renda por meio do trabalho agrícola. A agricultura familiar envolve muitas dificuldades, não sendo diferente no Dom Orione, mas como algumas especificidades, como o fato de que muitos assentados não contam com a ajuda dos filhos no trabalho agrícola, uma vez que a maioria realiza trabalhos urbanos. Essa situação é ampliada em função da localização do assentamento em um contexto urbano e industrial que atrai muitos jovens para busca de trabalhos na cidade.

O quarto fator mais apontado foi a preservação do meio ambiente, que pode ter ocorrido em função dos problemas ambientais enfrentados e reconhecidos pela comunidade, bem como pelo fato de a pesquisa abordar a questão ambiental e deste modo gerar certa influência. Vale também observar que o item redistribuição de renda foi pouco apontado, embora parte das famílias do assentamento seja beneficiada por programas do governo federal de redistribuição de renda, como o Bolsa Família.

Na visão das pessoas pesquisadas, a relação do homem com a natureza está "muito ruim". Todos apontaram que a degradação ambiental está elevada, citavam principalmente a situação da Amazônia. Tal fato demonstra a disseminação e a assimilação pela sociedade da problemática ambiental, bem como o papel da mídia nesse processo. Eles poderiam ter citado problemas ambientais de seu próprio contexto, ou mesmo de regiões mais próximas, mas citaram a Amazônia, que é constantemente abordada pela mídia. Dentre as formas pelas quais a comunidade obtém informações quanto ao meio ambiente, as mais apontadas foram televisão, rádio e revistas. No entanto a mídia na maioria das vezes realiza uma espetacularização da questão ambiental, não a apresenta de forma crítica e problematizada (NAVES, 2004; SILVA, 2006).

Quanto à consideração dos elementos que envolvem a discussão de meio ambiente, o mais apontado foi a noção de "conservação do meio ambiente" que, na maioria das vezes, é a mais enfatizada na mídia. Os outros elementos mais citados foram a "participação das pessoas" e a "redução da pobreza e combate as desigualdades", o que demonstra o reconhecimento da amostra da importância do envolvimento dos indivíduos nas questões ambientais. Por sua vez, a escolha do item redução da pobreza e das desigualdades pode ser em função do grupo se considerar em condição de desigualdade.

Quanto à percepção dos atores sociais que mais poluem, os mais apontados foram as indústrias e os grandes fazendeiros, respectivamente. Pode ser que as indústrias foram mais citadas em função do assentamento estar em um contexto urbano e industrial, próximo de indústrias de grande potencial poluidor. Já quanto aos grandes fazendeiros, talvez possa se remeter às trajetórias de trabalho rural de muitos deles, que trabalharam durante anos para grandes fazendeiros, bem como ao fato de a agricultura familiar perder cada vez mais espaço para a agricultura químico-mecanizada, que vem sendo fortemente criticada nas últimas décadas em termos de impactos ambientais (MARTINEZ ALIER, 1998).

Reforçando a perspectiva anterior, a comunidade avaliou a atuação das empresas nas questões ambientais como negativa, a maioria dos respondentes colocou como "ruim" e "regular". A avaliação das ações ambientais do governo federal também foi negativa, a maior parte da amostra apontou como "regular" e "ruim". Alguns declararam que não sabiam. Talvez essa avaliação negativa da atuação do governo decorra das informações obtidas na mídia que, muitas vezes, retrata a ineficácia dos órgãos governamentais na fiscalização de desmatamento na Amazônia.

Por sua vez, a avaliação do governo municipal também foi negativa, os respondentes avaliaram como "regular" e "ruim". Nesta questão, alguns respondentes colocaram que não sabiam. Tal avaliação ocorre em virtude dos problemas ambientais enfrentados pela comunidade e pelo posicionamento da prefeitura diante disso.

Quanto à avaliação das ações ambientais realizadas pelo INCRA, metade dos respondentes avaliou como "boa" e o restante apontou que não sabia. Foi possível notar algumas dúvidas para responder tal questão. O assentamento foi formado em 1997 e neste período não havia ainda a exigência da realização de licenciamento ambiental. Posteriormente foi realizado pelo INCRA um diagnóstico de impacto ambiental no assentamento abordando possíveis ações corretivas.

Apesar da avaliação negativa quanto à atuação do governo federal e municipal nas questões ambientais, quando indagados sobre quais atores sociais deveriam resolver os problemas ambientais, praticamente todos responderam que "o governo deve solucionar a situação". Pode ser observado que há um depósito de expectativas em torno de soluções vindas do governo, o que se observa tanto nos problemas ambientais da comunidade, quanto em outras necessidades do grupo.

Embora tenham apontado o governo como principal ator para a resolução da problemática ambiental, reconheceram como principal solução "desenvolver a consciência ambiental das pessoas para que todos contribuam". Tal indicação implica o reconhecimento da necessidade de envolvimento de todos e participação (SACHS, 1986; JACOBI, 1999) que se reforça com a segunda solução mais

apontada “com ações no dia a dia”. A terceira possibilidade mais apontada foi “as soluções devem vir de cada lugar a partir do saber local das comunidades”, o que complementa a perspectiva das outras possibilidades escolhidas.

Conforme a avaliação da amostra pesquisada, as pessoas do Dom Orione possuem uma preocupação considerável com o meio ambiente. No entanto, quando solicitadas a avaliarem a atuação da comunidade nas questões ambientais, o resultado apresentou-se divergente em relação ao nível de preocupação. A maioria avaliou como “ruim” e “regular”. Tal fato é comum em vários grupos sociais, não é característica específica da comunidade do Dom Orione. Todos dizem que a questão ambiental é importante e que estão preocupados, mas a conversão da preocupação em ações envolve muitas questões ligadas aos hábitos, aos costumes arraigados e ao próprio significado atribuído ao meio ambiente. A disseminação da problemática ambiental e dos riscos envolvidos levou a uma discussão da questão ecológica na sociedade, mas uma mudança significativa também envolve questões mais amplas, estruturais e, principalmente, mudança das instituições (BECK, 1997; JACOBI, 1999; GUIMARÃES, 2001; ZHOURI, *et al.*, 2005; LEFF, 2004).

Embora haja uma divergência da avaliação entre a preocupação e as ações efetivas, isto demonstra em certa medida uma postura coerente da amostra aos responderem as questões. Os respondentes demonstraram reconhecerem a importância da preocupação com o meio ambiente, bem como que ações efetivas precisam ser realizadas e ainda não são pela comunidade.

As ações ambientais mais importantes realizadas pelas famílias, conforme a amostra, são o respeito à área de preservação ambiental do assentamento, conservação da água e preservação das matas ciliares. Tais ações são exigências da legislação e em caso de descumprimento são passíveis de multa. Conforme diversos relatos de pessoas do assentamento, há um grande número de denúncias anônimas a pessoas da comunidade quanto à conservação ambiental. Muitos deles já foram multados mais de uma vez. As multas são em função de variados atos, desde queimadas até corte de uma árvore sem autorização.

Quando indagados sobre a relação entre produção agrícola e preservação do meio ambiente, pode-se observar que no geral a consideração da comunidade é que não há uma total conciliação entre as duas coisas. Tal percepção demonstra uma postura coerente e reforça as avaliações anteriores sobre o nível de preocupação e ações efetivas realizadas pela comunidade. Mas foi possível observar que no geral a comunidade tenta conciliar a produção agrícola com a proteção ambiental. Quase todas as propriedades (94,7%) apresentam área de floresta nativa e metade delas não utiliza toda sua área (INCRA, 2004). Boa parte cultiva alimentos sem degradar o solo e a água. No entanto há o uso de agrotóxicos por uma parte dos agricultores; o que gera impactos ambientais consideráveis. Mas a discussão do uso de agrotóxicos envolve outras questões que devem ser consideradas que, por sua vez, descortinam as dificuldades e as limitações para o abandono do uso de agrotóxicos na realidade que eles vivenciam. Os agricultores que produzem hortaliças de forma intensiva e com uso de agrotóxicos possuem as maiores rendas familiares mensais em relação aos demais. Além disso, os agricultores que produzem usando agrotóxicos falaram que a comercialização de produtos orgânicos é mais difícil. Um dos assentados argumentou que *“o pessoal gosta de coisa bonita, grande e o orgânico não fica”*, já outro agricultor de hortaliças comentou que *“uma alface pequena não é tão bem vendida”*. Essa consideração da dificuldade da comercialização envolve as preferências e as condições econômicas do consumidor final. Além disso, os agricultores de hortaliças enfatizaram que, sem o uso de agrotóxicos, fica difícil ter uma boa colheita em função das pragas. Na avaliação do uso de agrotóxicos, denotou-se que a amostra tem conhecimento dos riscos que envolvem o uso de defensivos químicos, mas por outro lado há o reconhecimento de que ainda é um mal necessário.

Na percepção das pessoas pesquisadas, o principal problema ambiental enfrentado pela comunidade do Dom Orione é a “contaminação das águas”. As pessoas relataram que as águas do córrego Quebra, que tem parte de seu percurso dentro da fazenda Dom Orione, estão contaminadas, assim como o córrego está em processo de assoreamento. As pessoas reclamaram que o nível de água está reduzindo a cada ano, o que prejudica o cultivo agrícola. As águas do córrego Quebra são utilizadas para a irrigação das hortaliças e dos demais cultivos no assentamento. As águas do córrego são contaminadas principalmente, conforme relatos de membros da comunidade, por uma empresa que extrai areia e pelos resíduos domésticos dos bairros próximos, como Petrovale,

Santa Rita e Jardim Nazareno, que são jogados no córrego sem tratamento. Além disso, em alguns pontos da fazenda onde há nascentes de água, pode ser observado que há muito lixo e entulhos. Os moradores do assentamento disseram que são pessoas dos bairros próximos que jogam, bem como já viram caminhões da prefeitura despejando lixo nesses pontos da fazenda.

Conforme relatos dos assentados, há muito tempo já realizaram reclamações junto à prefeitura, ao INCRA e à EMATER, mas que não houve solução e os problemas permaneceram. No relatório do INCRA de diagnóstico ambiental do assentamento realizado em 2004, os problemas citados acima foram apontados. No entanto nada foi feito desde esse período até agora para resolver ou amenizar a situação. Os moradores se mostram insatisfeitos, mas nada fazem para resolver a situação. Um dos agricultores disse que não adianta reclamar, pois na prefeitura *“o pessoal está fazendo vista grossa”*. Por sua vez, a associação, como mecanismo de representação da comunidade do Dom Orione no período da pesquisa, não realizava nada para resolver a situação.

Percebe-se que o meio ambiente para a comunidade não é expressão de luta social e política (ACSERALD, 2001). Embora enfrente sérios problemas de contaminação das águas do córrego Quebra e boa parte das nascentes de águas localizadas no assentamento esteja sendo degradada, não se mobiliza e nem luta por seus direitos. Como a comunidade possui baixa organização social, não se articula para realização de cobranças junto à prefeitura e aos órgãos competentes pela fiscalização de tais questões. Além disso, há assimetrias de poder entre os atores envolvidos. A prefeitura de Betim, conforme relatos dos moradores, é conivente com essa situação. Em Betim, a maioria dos rios e córregos está contaminada. Por mais que o município tenha cinco Estações de Tratamento de Esgoto (ETEs) em operação, estas não conseguem atender toda a população. A maior parte dos resíduos domésticos produzidos em Betim é despejada nos rios sem tratamento prévio. As cinco ETEs em funcionamento atendem apenas 26.723 habitantes (COPASA, 2008), sendo que Betim possui uma população total de 415.098 habitantes (IBGE, 2008), ou seja, somente 6,4% da população é atendida.

Pode-se observar que havia uma fiscalização constante das ações das famílias do assentamento em termos de conservação ambiental, que se verifica pelo elevado índice de denúncias e multas que as famílias relataram receber. Mas por outro lado problemas ambientais de maior impacto como os citados acima não são resolvidos e nem os responsáveis são penalizados.

Quanto à relação da comunidade com os técnicos da EMATER, pode-se constatar que, no geral, era amistosa, mas treze assentados da amostra relataram que não recebiam assistência técnica há muito tempo. Alguns apontaram que a falta de assistência decorre do fato de eles não procurarem a EMATER. A EMATER é responsável por prestar assistência agrícola para todos os produtores rurais de Betim, contando com um número limitado de funcionários. Talvez aqueles agricultores que procuram mais recebam maior assistência. Pode-se observar que havia maior apoio e acompanhamento aos produtores da associação de rapadura do Dom Orione.

Quanto à relação entre conhecimento técnico e popular na interação dos técnicos da EMATER com a comunidade, pode-se observar que não há conflitos diretos, mas não há troca de saberes. Os assentados relataram que, na maioria das vezes, não adotam as orientações do agrônomo e realizam as atividades agrícolas como sempre fizeram desde que aprenderam com os pais. Um dos assentados ressaltou que *“o agrônomo ensina de um jeito, mas eu faço sempre do meu jeito”*. Parece não haver um diálogo e troca entre os saberes que se reflita em novas práticas de trabalho.

A avaliação da orientação do agrônomo da EMATER em relação ao meio ambiente pela comunidade é positiva. Pode-se perceber que o agrônomo busca passar orientações que promovam a realização das atividades agrícolas sem gerar degradação ambiental. Mas quando indagado quanto ao posicionamento da EMATER quanto aos problemas de contaminação das águas do córrego Quebra, o agrônomo afirmou que a EMATER não era o órgão responsável para tomada de tais providências e que tem poucas condições para resolver a situação.

Em relação à articulação e à organização social da comunidade, observa-se que há pouca cooperação e organização comunitária no assentamento. A frase mais enfatizada por vários membros do Dom Orione foi *“Aqui é cada um pra si e Deus pra todos”*. A comunidade não se organiza nem para realização de trabalhos coletivos, menos ainda para reivindicarem melhores condições de vida. Esta situação pode ser percebida na fala abaixo de um dos membros do assentamento Dom Orione.

[...] aqui tá de um jeito, é que nem como diz aquele ditado 'é cada um pra si e Deus pra todos', porque uma comparação, às vezes você forma um, igual tem esse grupo da rapadura aqui oh. Mas [...] é o que a gente vê, eles são seis, seis pessoas, mas infelizmente quem trabalha mesmo é só dois. Os outros só vêm quando é na fase de dividir o dinheiro, pra repartir o dinheiro ou qualquer coisa, do contrário, tirô daí, ninguém aparece. Então, é o seguinte, as coisas aqui tá ficando muito complicada, porque cada um quê fica lá no dele, que fica lá no canto dele, não quê corre atrás de nada. Passa se a pessoa as vezes quê fazer uma coisa, quê fazer, quê formar um grupo. Né? Éh alguns já vai pra falar, mas fulano vai dá quanto, quanto é que vai dá. Se não for beneficiando ele, também quê sai é fora. E aqui tá, tá, aqui cada dia que passa tá ficando pior. (Entrevistado 2 - assentado)

Ao indagar a amostra quanto à cooperação entre as famílias, a maior parte dos respondentes também demonstrou essa mesma situação, avaliando a cooperação como regular. Esse quadro de falta de organização e cooperação, em certa medida, remete a experiências anteriores de trabalho coletivo que deram errado. Conforme relatos de alguns membros do Dom Orione, ocorreram duas experiências de trabalho envolvendo muitas famílias que geraram prejuízos e insatisfação. Houve também um terceiro empreendimento coletivo, uma fábrica de biscoitos financiada pelo governo municipal que também não foi bem-sucedida.

Além disso, há uma divisão da comunidade em grupos que se reflete na organização social. Há o grupo de famílias que fica na parte de baixo das terras do assentamento que cultivam hortaliças, cuja maioria já usufruía da terra antes da formação do assentamento. E os que se localizam na parte de cima que cultivam cereais e outros alimentos, cuja maioria veio para as terras da fazenda durante o período de ocupação. Não há um envolvimento e união entre eles na busca de melhores condições para a comunidade. Dentro do próprio Dom Orione as pessoas se referem como "o pessoal de cima" e "o pessoal de baixo" ou então "o pessoal das hortas" e "o pessoal de cima".

Quanto à realização de trabalho coletivo, havia na época da pesquisa de campo apenas uma associação de produtores de rapadura composta por seis famílias. Estava funcionando efetivamente e recebia apoio da EMATER. Entretanto tinha condições de envolver mais famílias, bem como os maquinários para produção são de toda a comunidade e foram disponibilizados para beneficiar a todos. Foi possível observar que em um período de quatro meses houve desvinculação de três famílias da associação de rapaduras. Em junho de 2008 estavam envolvidas e trabalhando nove famílias, já em outubro do mesmo ano apenas seis famílias estavam envolvidas. Houve esta desvinculação por desentendimentos entre os associados.

A associação do assentamento, por sua vez, como mecanismo de representação dos assentados, não estava funcionando bem. As famílias estavam insatisfeitas e relataram que as últimas reuniões não foram comunicadas a todos. Boa parte da amostra culpou o presidente pelo fato da associação não estar funcionando plenamente. Por outro lado, não faziam nada e esperavam que o presidente da associação resolvesse tudo. Além disso, foi possível observar que havia conflitos não declarados entre as lideranças comunitárias no assentamento.

Quanto às reuniões da associação, pode-se observar que a participação das famílias não era satisfatória. As pessoas mais envolvidas com a associação relataram que as pessoas só participavam quando a discussão era sobre recursos financeiros que poderiam ser disponibilizados para a comunidade. Uma das assentadas enfatizou *"quando fala em dinheiro todo mundo vem nas reuniões"*. Por sua vez, quando as pessoas da amostra foram perguntadas sobre a frequência de participação nas reuniões da associação, o resultado mostrou-se mediano, menos da metade da amostra apontou ir "sempre". No período da pesquisa pôde-se notar que a associação estava desintegrada e não havia nenhuma iniciativa sendo tomada. Muitos ressaltaram a necessidade de um "presidente forte" para a associação, demonstrando a espera de um líder comunitário que faça tudo e busque melhorias para a comunidade. Também foi possível notar a grande expectativa em torno da mudança do gestor público municipal, já que a coleta de dados ocorreu no período das eleições municipais. Eles não participavam e se organizavam, apenas esperavam que as mudanças ocorressem a partir de um "messias", de um "líder" (CARVALHO, 2003) tanto para a associação como para o governo municipal.

Por outro lado, as pessoas da amostra reconheceram a falta de cooperação e organização social entre as famílias, demonstrando-se insatisfeitas. A comunidade já vivenciou a capacidade que a organização tem de gerar mudanças positivas, tanto que relatou o período que ocupou a terra e

formou o assentamento. Muitos da comunidade remeteram com saudade ao início da formação do assentamento, um dos respondentes declarou *“no início as coisas eram mais difíceis, mas todos eram unidos, se ajudavam”*. Esse quadro de desarticulação e falta de organização social entre as famílias ocorria no período em que o assentamento passava pelo processo de concessão definitiva da terra, conforme relatou um representante do INCRA de Minas Gerais.

As principais necessidades do assentamento apontadas pela amostra pesquisada foram “melhor educação para os filhos” e “regularização da terra”. Foi possível perceber a grande preocupação dos pais com a educação dos filhos. Tal preocupação talvez decorra do fato de que a maioria tenha baixa escolaridade em função da falta de oportunidades para estudar; o que repercutiu em grandes dificuldades de conseguir trabalho. A regularização da terra também é outra necessidade. Muitos demonstram ansiedade em obter o título definitivo da terra. As famílias que foram durante a ocupação já estão há onze anos no Dom Orione e outras já trabalhavam na terra há mais de vinte anos.

Considerando todos os elementos discutidos, há uma tendência de que no futuro haja uma descaracterização do assentamento em termos de atividades agrícolas e se torne uma área urbana. O Dom Orione está nas fronteiras de três bairros de Betim, que estão se aproximando cada vez mais. Alguns assentados já sofrem com a tentativa de invasão de partes de suas terras, em função da ampliação dos bairros. Por sua vez, os filhos estão construindo casas nas glebas dos pais, o que reduz a área disponível para cultivo. Em algumas glebas foi possível notar que foram construídas até quatro casas. A maioria dos representantes das terras são mais velhos e, à medida que forem envelhecendo, não conseguirão mais realizar trabalhos agrícolas e muitos filhos não querem continuar com a mesma atividade dos pais. Além disso, a titularização definitiva da terra no Dom Orione estava em processo no período da pesquisa, o que permite a venda da gleba pelos assentados. Somados a todos esses fatores, têm-se as grandes dificuldades enfrentadas por todos os agricultores familiares, sejam eles do Dom Orione ou de qualquer outra parte do Brasil.

6. CONCLUSÕES

A questão ambiental envolve diversos atores com racionalidades, interesses e concepções distintas que demonstram diferentes formas de apropriação da natureza. A compreensão da questão socioambiental passa pela problematização da construção social da realidade ambiental (BERGER; LUCKMANN, 1999; GUIVANT, 2002; NAVES, 2004) pelos variados grupos socioculturais, uma vez que a forma como o meio ambiente é construído socialmente refletirá no modo de interação e apropriação.

A construção social da realidade ambiental pela comunidade do Dom Orione apresenta características específicas ligadas ao contexto, aos aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos do grupo que constitui e constrói a realidade social na qual estão inseridos. Para a comunidade do Dom Orione, o meio ambiente é considerado base material e simbólica de sobrevivência. A maioria das famílias obtém a renda familiar a partir do trabalho na terra que tem a posse. A gleba de terra que as famílias trabalham é a base para o sustento familiar, bem como o local de moradia. Por sua vez, o assentamento e todos os recursos naturais que o constituem representam uma conquista, carregada de simbolismo, pois muitos já tinham um histórico de luta por acesso à terra, marcado por extensa trajetória migratória e dificuldades.

Mas por outro lado, o meio ambiente não é visto como expressão de luta social e política, mesmo diante dos problemas ambientais enfrentados e reconhecidos pela comunidade. Mas isso não é característica específica da comunidade do Dom Orione, o meio ambiente ainda é insuficientemente visto como uma questão social e política pela sociedade. O problema da contaminação das águas no assentamento afeta a produção agrícola e a qualidade de vida das famílias. No longo prazo, pode comprometer a sobrevivência e a permanência das famílias na terra. Mesmo diante desse problema, a comunidade não se mobilizava e buscava reivindicar seu direito ao meio ambiente saudável e à água de qualidade.

O assentamento apresenta baixa organização social e participação comunitária, o que dificulta a conquista de melhores condições de vida. Não ocorre organização social seja para trabalhos coletivos, busca de oportunidades, reivindicação de direitos, seja para solução dos problemas ambientais enfrentados. A comunidade reconheceu esse quadro de baixa organização social, participação e

cooperação, mas os membros apenas esperavam o surgimento de um “líder” (CARVALHO, 2003) que resolvesse todos os problemas, seja na associação ou no governo municipal.

A comunidade não tem acesso a todos os direitos que configuram o exercício de uma cidadania plena (MARSHALL, 1967). Além disso, a cidadania pressupõe emancipação e os membros do Dom Orione ainda não se constituíram sujeitos críticos capazes de construir sua história própria e coletivamente organizada. E no que diz respeito à cidadania ambiental ainda há um caminho a se construir, pois o direito ao meio ambiente saudável está comprometido.

A discussão aqui apresentada representa apenas uma pequena parte de um debate complexo e amplo. A questão ambiental perpassa vários aspectos da vida em sociedade e pode ser discutida sobre diversas perspectivas. Na abordagem adotada torna-se interessante compreender também como se dão os desdobramentos da construção social do meio ambiente na cidadania em outros grupos socioculturais, como de comunidades rurais de outras regiões, moradores de aglomerados urbanos, de condomínios de luxo, atingidos por barragens, movimentos sociais e de diversos outros grupos, bem como a relação entre eles. Além disso, é interessante compreender os desdobramentos da construção social da realidade ambiental não só no campo da cidadania, mas da esfera pública como um todo. Afinal, será que a ampliação das discussões ambientais pelos diversos atores sociais está contribuindo para a ampliação da cidadania? Será que as discussões ambientais e a construção social em torno delas estão contribuindo para a ampliação ou a redução da esfera pública?

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, H. Políticas ambientais e construção democrática. In: VIANA, G.; SILVA, M.; DINIZ, N. **O desafio da sustentabilidade**. São Paulo: Perseu Abramo, 2001. p. 75-96.
- BAUMAN, Z. **Em busca da política**. Rio de Janeiro: J. Zahar, c2000.
- BECK, U. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: GIDDENS, A.; BECK, U.; LASH, S. **Modernização reflexiva : política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: Ed. da UNESP, 1997.
- BENEVIDES, M. V. M. **A cidadania ativa: referendo, plebiscito e iniciativa popular**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2000.
- BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 35.ed. São Paulo: Saraiva, 2003.
- BRUYNE, P.; HERMAN, J.; SCHOUTHEETE, M. de. **Dinâmica da Pesquisa em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991.
- CARVALHO, J. M. de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- COHEN, I. J. Teoria da estruturação e práxis social. In: GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan H. **Teoria social hoje**. São Paulo: UNESP, 1999.
- COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS – COPASA MG. **ETE's em Betim**. Belo Horizonte [2008].
- DEMO, P. **Cidadania tutelada e cidadania assistida**. Campinas, Autores Associados, 1995.
- DEMO, P. **Pobreza Política: a pobreza mais intensa da pobreza brasileira**. Campinas: Armazém do Ipê, 2006.
- FUKS, M. Definição da agenda, debate público e problemas sociais: uma perspectiva argumentativa da dinâmica do conflito social. **BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, n. 49, p. 79-94, 2000.

GODOY, A. S. Pesquisa Qualitativa: Tipos Fundamentais. **RAE**, v.35, n°.3, 1995.

GUIMARÃES, R. P. A ética da sustentabilidade e a formulação de políticas de desenvolvimento. In: VIANA, G.; SILVA, M.; DINIZ, N. **O desafio da sustentabilidade**. São Paulo: Perseu Abramo, 2001. p. 43-71.

GUIVANT, J.S. Sustentabilidade e Métodos Participativos: Os Riscos dos Pressupostos Realistas. **Anais do I Encontro da ANPPAS**, Indaiatuba, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. IBGE Cidades. Brasília [2008].

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. Diagnóstico Ambiental e Projeto Final de Assentamento do PA Dom Orione. INCRA. Belo Horizonte, 2004.

JACOBI, P. Meio Ambiente e Sustentabilidade. P.175-183 In: **O município no século XXI**. São Paulo, 1999.

KINGDON, J. W. Agendas, alternatives, and public policies. New York: Harper Collins, 1995.

LEFF, E. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. 3. ed. rev. e aumen. Petrópolis: Vozes, 2004.

LENOIR, R. Objeto sociológico e problema social. In: CHAMPAGNE, P.; LENOIR, R.; MERLLIÉ, D.; PINTO, L. Iniciação à prática sociológica. Tradução: João de Freitas Teixeira. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARTÍNEZ-ALIER, J. **Da economia ecológica ao ecologismo popular**. Blumenau: FURB, 1998.

NAVES, F. L. Saberes, poderes e os dilemas das relações socioambientais. **Organizações Rurais e Agroindustriais**, Lavras, v. 6, n. 2, p.121-133, jul./dez. 2004.

SACHS, I. **Ecodesenvolvimento crescer sem destruir**. São Paulo, Vértice, 1986.

SILVA-SÁNCHEZ, S. S. **Cidadania ambiental: novos direitos no Brasil**. São Paulo: Humanitas, Annablume, 2000.

TEODÓSIO, A.S.S. Estudo de caso: um resgate do conceito e de suas potencialidades. In: **Vertente**. Contagem/MG: PUC Minas Contagem, v.2, n.4, jul./dez. 2000, pp. 31-38.

ZHOURI, A. Ambientalismo e Antropologia: Descentrando a Categoria de Movimentos Sociais. In: **Teoria e Sociedade**, UFMG, n.8. jul./dez. 2001, p. 10-29.

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K.; PEREIRA, D. B. Desenvolvimento, Sustentabilidade e Conflitos Socio-ambientais. In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K.; PEREIRA, D. B. **A insustentável leveza da política ambiental**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

WEBER, M. Ação social e relação social. In: FORACCHI, M. M.; MARTINS, J. S. **Sociologia e sociedade**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1977.